

# BOAS MARÉS

## Reflexão sobre uma dinâmica de parceria na área do Turismo Ambiental

CARLA CIBELE FIGUEIREDO ([carla.cibele@ese.ips.pt](mailto:carla.cibele@ese.ips.pt)) & SANDRA CORDEIRO ([sandra.cordeiro@ese.ips.pt](mailto:sandra.cordeiro@ese.ips.pt))

Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Setúbal, Portugal

### RESUMO

Este artigo procura abordar os seguintes pontos: 1) a ética ambiental que envolve os laços do cidadão com o seu meio e, em particular, o modo como algumas profissões podem ter nesta matéria uma missão importante, designadamente os animadores socioculturais; 2) a promoção activa dos conceitos através de experiências vividas no âmbito da formação desses profissionais; 3) as autarquias como instituições fundamentais na promoção do turismo cultural e ambiental e a importância das parcerias construídas em torno dos seus equipamentos patrimoniais e; 4) o projecto do *Moinho de Maré da Mourisca* e a parceria com o curso de Animação e Intervenção Sociocultural da Escola Superior de Educação de Setúbal.

Palavras chave: Turismo, Ambiente, Ética, Animação Sociocultural

### 1. PATRIMÓNIO, TURISMO E ÉTICA AMBIENTAL

*Cuidar do que é o nosso património* tem sido um dos desígnios da última metade do século XX, entrámos no século XXI com alguma certeza de que esse é um objectivo essencial, mas com um longo caminho a percorrer e tantos avanços como retrocessos. Sob pena de tudo se poder distinguir como património, há que mencionar que para que algo se considere como tal é necessário que lhe seja atribuído um valor ou reconhecida qualidade à obra em causa (seja tangível ou intangível), de modo a enunciar o que permite considerá-la digna de uma estima que implica protegê-la para que não se perca (Bucha, 2010).

Embora a divisão entre património natural e património edificado/construído possa ter valor operacional, ajudando a intervir em determinadas realidades, também sabemos que em muitos casos esses conceitos andam ligados e um não existe sem a outro. Bucha (2010) refere, por exemplo, que o cultivo da batata não tem destaque cultural, mas o modo como esta se usa na gastronomia tem. Os moinhos de maré são casos exemplares de ligação entre cultura e natureza. Com muita frequência localizam-se em áreas ambientais classificadas como de interesse público, tal como acontece nos estuários do rio Tejo e do rio Sado, ao mesmo tempo que retratam historicamente a construção de engenhos humanos para aproveitar a energia natural, plenos de memórias humanas ligadas ao trabalho que são elas próprias a cultura daquela comunidade. A Lei de Bases do Património Cultural considera como património todos os bens de interesse público, tendo em conta critérios tais como “matricialidade, génio do criador, testemunho simbólico ou religioso, testemunho notável de vivências ou factos históricos, valores estéticos, técnico ou material intrínseco, concepção arquitectónica, paisagística, extensão do bem, memória colectiva reflectida, importância para a investigação científica, circunstâncias que ponham em causa a integridade

e a perenidade do bem” (Bucha, 2010, 55). Se ao Estado cumpre a tarefa importantíssima de proteger, cabe a todas as instituições e aos cidadãos em geral um cuidar que vai muito para além de manter a obra inalterada; a preservação tem de ser feita também de vida, ou seja, é importante que se possa compreender e fruir. Acreditamos que a fruição do património cultural tem de começar cedo (pela educação) e tem de ser realizada e integrada pela própria comunidade, sob pena de se diluir no turismo cultural de massas que atravessou em crescendo a segunda metade do séc. XX, na procura do “postal ilustrado”. O turismo afigura-se ao mesmo tempo como ameaça ambiental ou factor de protecção. O viajante pode ser aquele que agride, sobretudo pela sua indiferença, as comunidades pelas quais passa. Silva (2009) menciona, a propósito, que “não se pode continuar a desenvolver um turismo ecológico meramente com a gestão dos visitantes e com a defesa do ambiente. Os actores devem assumir uma experiência de relação com o meio que visitam, em que o próprio processo turístico seja planeado como forma de o preservar e valorizar” (Silva, 2009,77). A Organização Mundial do Turismo considera, um código de ética para o turismo (WTOT, 1999), do qual salientamos os seguintes artigos:

Artigo 1º. O turismo deve contribuir para a compreensão e respeito mútuo entre os povos e sociedades;

Artigo 2º. O turismo é veículo de realização individual e colectiva;

Artigo 3º. O Turismo deve ser um factor de desenvolvimento sustentável;

Artigo 5º. O Turismo deve ser uma atividade benéfica para os países de acolhimento e comunidades.

Não é ainda perceptível se vamos assistir a uma mudança relativamente aos padrões tradicionais do turismo cultural. Até ao início do século, os estudos mostraram que a procura do objecto cultural internacionalizado e globalizado era dominante, com os monumentos religiosos ou emblemáticos das grandes cidades a representarem uma fatia significativa. (Bucha, 2010), assim como os museus de Belas Artes e de Ciências Naturais mais conhecidos. A questão que colocamos relativamente ao usufruto destes lugares naturais é a mesma que se coloca em relação aos espaços culturais em geral, como é que se gera o equilíbrio entre a disponibilização do equipamento para o turista exterior sem com isso esmagar o fruir da própria comunidade e sem tornar a cultura local um produto de consumo exótico. Se o turismo de massas pode ter gerado em termos económicos grandes vantagens para os países, regiões e locais trouxe, sem dúvida, consequências problemáticas, algumas delas em termos ambientais (como é o caso da cidade de Veneza, entre outros<sup>1</sup>).

Num tempo em que as obrigações dos cidadãos para com o meio ambiental se tornaram a última geração a considerar no conjunto dos direitos humanos, clamando-se actualmente pela sua inclusão na carta dos direitos fundamentais, não podemos considerar um turismo ambiental que não implique simultaneamente uma ética ambiental. A particularidade desta inclusão está, contudo, em considerá-la como um dever do cidadão actual em relação aos direitos das gerações futuras. Não se trata de invocar o que é, para cada um de nós, apenas de usufruto presente, mas de proteger a terra como bem comum e transformar isso num direito que será também de outros, invertendo com isso a lógica que impera nos direitos políticos, civis e sociais considerados na Declaração, cuja importância histórica foi grande, mas necessitam actualmente de alguma revisão de modo a incluírem a ética ambiental.

<sup>1</sup> Segundo Bucha “há muitos anos que Veneza vive numa ‘crise de nervos’ durante o Verão, por excesso de turistas; as visitas a Machu Picchu (Peru) foram em tempos interrompidas porque o património se estava a degradar, Benidorm vive uma verdadeira crise ambiental, tendo gerado um desertificação impressionante à sua volta, por falta de água, bem escasso que se consome de forma escandalosa naquela estância balnear. Ou seja, o turismo não é uma actividade inocente [...]” (Bucha, 2010, 85).

Consideramos que a noção de ética é indissociável das questões ambientais sob pena de se instrumentalizar e reduzir a questão ambiental a uma mera acção ou a uma atitude desligada de outras. A origem grega da palavra – ETHOS – determina que significa *modo de ser ou carácter*, assentando esse modo de ser num conjunto de princípios de conduta determinados pela ideia de bom/bem. As questões ambientais são frequentemente entendidas de um ponto de vista macro social, traduzidas em políticas de natureza nacional e transnacional, estudadas, racionalizadas e transformadas em programas de acção que visam esse bem comum, o que não questionamos. Mas, consideramos que é também crucial e necessário entender as questões ambientais como a relação tecida entre cada sujeito e a comunidade e/ou comunidades com as quais se relaciona, educando cada um para um olhar crítico sobre o modo como actua.

Para que se possa perceber o desafio que constituiu o trabalho que desenvolvemos com os estudantes nesta área, é importante antes de mais, descrever minimamente o contexto em que nos integrámos.

## 2. O MOINHO DE MARÉ DA MOURISCA COMO PATRIMÓNIO<sup>2</sup>

O moinho de maré da Mourisca localiza-se na Herdade da Mourisca, na Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), próximo do Faralhão, na freguesia do Sado, no concelho de Setúbal. É um dos quatro moinhos de maré conhecidos na Reserva Natural do Estuário do Sado. A Reserva Natural do Estuário do Sado foi criada a 1 de Outubro de 1980 e actualmente conta com 23 160 hectares, abrangendo as áreas dos concelhos de Setúbal, Palmela, Alcácer do Sal e Grândola. Esta reserva foi concebida para assegurar a manutenção da vocação natural do estuário, o desenvolvimento de actividades compatíveis com o equilíbrio do ecossistema estuarino, a correta exploração dos recursos, a defesa de valores de ordem cultural ou científica e a promoção do recreio ao ar livre. Engloba áreas estuarinas, bancos de areia, sapais, canaviais, dunas, salinas, campo e cultivo (em especial arroz), montados e pinhais, entre outros. É considerada uma zona húmida de importância Internacional pelas aves limícolas e aquáticas, na maioria, migratórias. A zona estuarina do Sado constitui também um verdadeiro viveiro ou zona de desova que acolhe inúmeras espécies de peixes e moluscos, com grande interesse biológico e comercial. A fauna é rica e diversificada. Estão registadas 261 espécies de vertebrados, das quais 8 são anfíbios, 11 são répteis, 211 são aves e 31 são mamíferos. O estuário do Sado alberga ainda a única comunidade residente de golfinhos, roazes-corvineiro *Tursiops truncatus*, em território português. Os principais factores que levaram à fixação humana nas margens do estuário do Sado foram os recursos marinhos (pesca e sal). De referir também, a importância das embarcações típicas do Sado (galeão do sal, iate de Setúbal, *laitau*, entre outras) que surgiram sobretudo como meio de transporte de várias mercadorias entre Setúbal e Alcácer do Sal.

O moinho de maré da Mourisca situa-se na freguesia do Sado, uma das oito do concelho de Setúbal. A maioria da população imigrou nos anos 50 e 60 do século XX para esta região oriunda do Baixo Alentejo, designadamente dos concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Grândola, atraída por actividades ligadas à pesca, ao cultivo do sal e sobretudo à apanha da ostra.

Este moinho de maré é um dos quatro moinhos de maré conhecidos no estuário do Sado, contudo, nenhum se encontra restaurado. Trata-se de um edifício com 280 m<sup>2</sup>, de arquitetura tradicional, preparado para o funcionamento simultâneo de oito mós, que funcionaram até há algumas décadas. Era originalmente constituído por uma sala de moagem, uma sala de armazenamento e uma casa de apoio ao moleiro.

<sup>2</sup> Esta parte do texto conta com contributos dos trabalhos de pesquisa efectuados pelos próprios alunos.



Figura 1: As freguesias do concelho de Setúbal

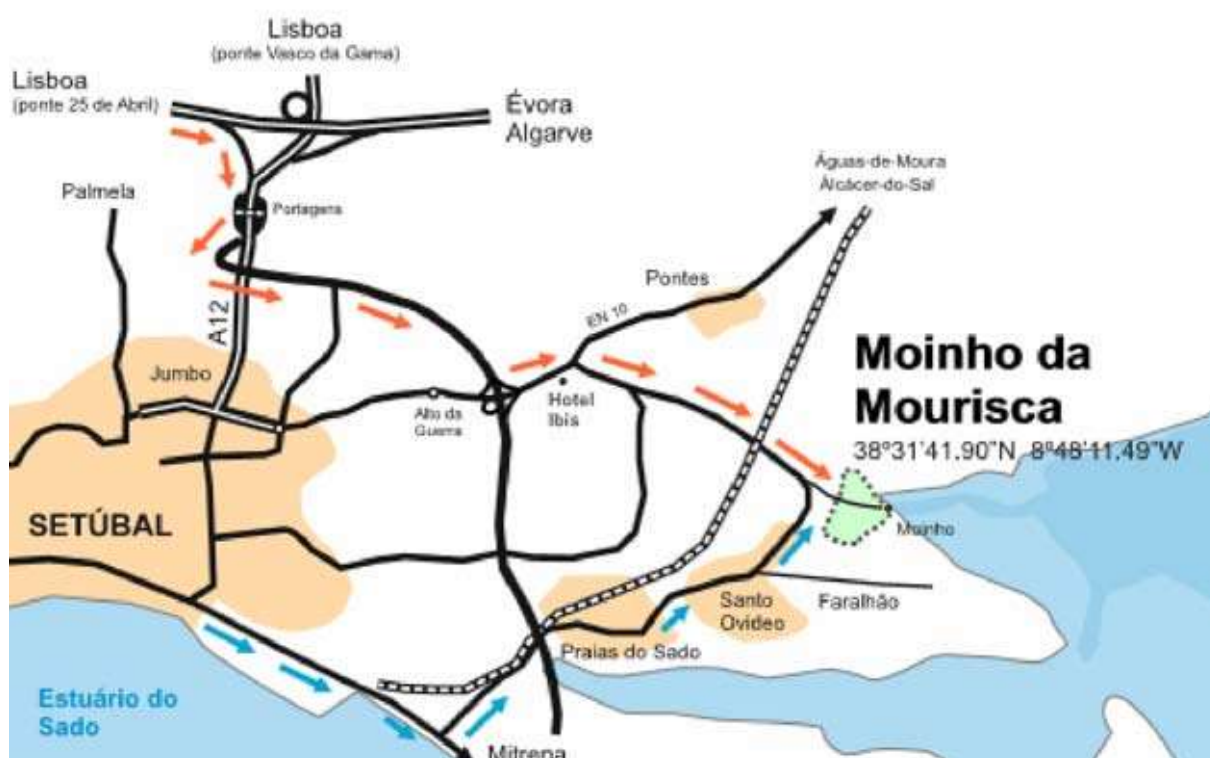


Figura 2: Localização do moinho de maré da Mourisca

Até à década de 50 do século XX, o moinho esteve em actividade, tendo vindo posteriormente a degradar-se; nos anos 70 já se encontrava totalmente abandonado e em ruínas. Assim, em ruínas e após anos de abandono, o moinho foi adquirido pelo exICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), actual ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta) que, em 1995, iniciou a sua reconstrução e recuperação. Durante algum tempo o Moinho de Maré foi gerido pela Associação Esteiros que integrava a Câmara Municipal de Setúbal como parceiro. Esta associação manteve o moinho

aberto ao público e definiu a educação ambiental como uma missão, tendo desenvolvido um trabalho activo com as escolas da zona. Em 2010, o Moinho fechou portas e em 2011 foi novamente alvo de significativas obras de beneficiação, tendo em 2012 sido assinado um protocolo de co-gestão entre o ICNF e a Câmara Municipal de Setúbal, ficando estas duas entidades responsáveis pela dinamização no moinho de maré e a sua área envolvente.



**Imagem 1:** Moinho de maré da Mourisca

Actualmente a Câmara Municipal de Setúbal definiu o turismo da natureza como o objectivo essencial da actividade do Moinho, procurando captar sobretudo turistas externos, nacionais e estrangeiros. Em termos patrimoniais, o equipamento continua a manter a sala da moagem mas com as obras cessou a possibilidade de a colocar em funcionamento. Ganhou também novas estruturas, como uma cafetaria, uma loja de produtos regionais e uma sala polivalente.

Nos últimos anos houve um grande investimento da autarquia visando o desenvolvimento sustentado da região, apostando no crescimento cultural, turístico e económico. A recuperação de espaços e equipamento da cidade, aliada à criação de um gabinete de turismo do Município (GATUR) gerou uma dinâmica nova que por sua vez dinamizou várias parcerias. No caso em concreto, o protocolo firmado entre o Município e a Escola Superior de Educação de Setúbal:

- a) acentua a prática da investigação turística do território;
- b) representa, sobretudo, uma sinergia de conhecimentos entre as duas instituições, em contextos profissional e académico;
- c) impulsiona a aprendizagem estruturada entre professores e alunos, capaz de produzir projectos e estudos temáticos, identificando as principais tendências e problemas de evolução do sector do turismo de Setúbal, com observância dos principais produtos turísticos, tipo de território, e cultura regional.

É através desta dinâmica de parceria, juntando ao desígnio de uma autarquia, a vontade de uma instituição de ensino superior de tornar os seus processos de formação ancorados no terreno que surge o trabalho desenvolvido com o curso de Animação Sociocultural. Embora outros profissionais no âmbito do turismo se possam verdadeiramente interessar por estas questões, consideramos que na área da Animação Sociocultural, sobretudo no âmbito das licenciaturas, esta abordagem terá necessariamente que se de fazer.

### 3. O PAPEL DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

No âmbito de um curso de formação superior de Animação Sociocultural o conhecimento destes aspectos é fundamental porque entronca directamente na génese da missão socioprofissional dos animadores (ver estatuto dos animadores socioculturais/APDASC), sendo que no caso do curso da Escola Superior de Educação de Setúbal, acresce o facto de se pretender sublinhar a intervenção social. A animação sociocultural está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das comunidades e à participação social. Ventosa (2014) refere que é essencial que a Animação Sociocultural deixe de pensar apenas na participação das pessoas na cultura e passe a incentivar uma cultura de participação. No que diz respeito ao turismo cultural e ambiental, significa que é importante reconhecer as capacidades colectivas de uma comunidade, povoação e/ou das comunidades, no que isso implica também para promover o seu próprio desenvolvimento (Zermeno e Vilarreal, 2009). Há, com frequência um corte que se opera relativamente a uma comunidade quando um determinado equipamento cultural é reapropriado pelo Estado, ainda que as populações reconheçam que a tutela estatal, autárquica ou de uma organização governamental ou não governamental tem aspectos positivos, nomeadamente em termos da recuperação desse património. A fruição do que antes era esse espaço comunitário, uma vez instituídas regras, dificulta o acesso e burocratiza-o, mesmo quando não é imposta a cobrança do acesso. Contudo, esse corte, tem consequências nefastas, pois amputando um equipamento da sua história e das vivências colectivas que lhe eram características, esvazia-se de sentido, reduzindo-se por vezes a uma condição museológica com pouco sentido, ou pelo menos, com pouca vida. Se os animadores socioculturais podem fazer alguma coisa na área patrimonial, não será com certeza ocupando o espaço dos técnicos da área do património (conservação, restauro, curadoria...), mas sim na manutenção ou recuperação de laços com a comunidade, na recriação das memórias que já se possam ter perdido, na aproximação activa das pessoas aos espaços, fazendo-as participar do próprio projecto de animação. Contudo, para que os próprios animadores socioculturais possam no seu exercício profissional desempenhar estas funções, é necessário que na sua formação estes aspectos tenham sido focados, ou, como explicaremos no ponto seguinte, não apenas focados mas também experienciados.

### 4. COMO SE FORMA UM ANIMADOR SOCIOCULTURAL?

A UNESCO tem tido voz activa na redefinição global do papel da educação superior, especialmente da Universidade, pelo menos no que tange a formulação de directrizes e políticas de reestruturação. A conferência, realizada em Paris, em Outubro de 1998 produziu uma declaração que constitui um dos documentos de referência, esta inclui um conjunto de considerações acerca do contexto, das missões e das funções da educação superior e da necessidade de formar nova visão e constituir novo paradigma de acção, sendo de destacar um artigo inteiro dedicado à “função ética, autonomia, responsabilidade e função preventiva”. São integrados os seguintes objectivos:

- a) preservar e desenvolver suas funções fundamentais, submetendo todas as suas atividades às exigências da ética e do rigor científico e intelectual;
- b) poder participar em problemas éticos, culturais e sociais de forma completamente independente e com consciência plena de suas responsabilidades, por exercerem um tipo de autoridade intelectual que a sociedade necessita, para assim ajudá-la a refletir, compreender e agir;
- c) ampliar suas funções críticas e prospectivas mediante uma análise permanente das novas tendências sociais, económicas, culturais e políticas, atuando assim como uma referência para a previsão, alerta e prevenção;
- d) utilizar sua capacidade intelectual e prestígio moral para defender e difundir ativamente os valores aceites universalmente, particularmente a paz, a justiça, a liberdade, a igualdade e a solidariedade, tal como consagrados na Constituição da UNESCO;
- e) desfrutar de liberdade académica e autonomia plenas, vistas como um conjunto de direitos e obrigações, sendo simultaneamente responsáveis com a sociedade e prestando contas à mesma;
- f) desempenhar o seu papel na identificação e tratamento dos problemas que afectam o bem-estar das comunidades, nações e da sociedade global.

A abordagem conceptual destas questões com os estudantes é, sem dúvida, importante, mas percebemos, cada vez mais, que aquilo que está escrito tem, contudo, de se tornar experiência vivida, sob pena de se tornar letra morta. Acresce que há muito percebemos que a maior parte dos estudantes demonstra ter tido, durante a escolaridade básica e secundária, informação sobre a protecção ambiental e sabem o que é correcto dizer ou demonstrar, mas nem sempre evidenciam essa sensibilidade e são consequentes como cidadãos e raramente integram esta dimensão como um objectivo ao nível do seu desempenho profissional. Como afirma Pureza (2000) em relação aos Direitos Humanos, os jovens consideram que “os direitos humanos são uma expressão de civilização, mas, sejamos realistas e não líricos: se queremos triunfar e progredir, há muitos outros imperativos que, esses sim são para valer; os direitos humanos são pouco mais do que boas intenções para uma vida melhor, uma que há-de vir um dia” (Pureza, 2000, 27). A incoerência entre as acções e o discurso é mais a norma do que o seu contrário e, claro que esse é um aspecto preocupante em todos nós, mas ainda mais em certos profissionais cuja responsabilidade social é evidente. Não é, porém, fácil, criar uma relação com os contextos exteriores às escolas, afinal o palco natural onde a formação, sobretudo esta, devia acontecer.

A Escola Superior de Educação situa-se muito perto do estuário do Sado e territorialmente está inserida na península de Setúbal, na proximidade da serra da Arrábida, pelo que fazia todo o sentido investir num projecto com os estudantes que implicasse trabalhar a ética ambiental, não do ponto de vista apenas teórico, mas da fruição do próprio espaço natural, assente na ideia de que não podemos promover aquilo que não aprendemos a sentir e a viver.

## 5. A CRIAÇÃO E A DINAMIZAÇÃO DOS PROJECTOS DOS ESTUDANTES

Não nos é possível, dado o espaço disponível para este artigo explicitar os projectos delineados pelos estudantes ao longo destes dois últimos anos lectivos, bem como os aspectos da dinamização dos mesmos no espaço do *Moinho de Maré*. Tentaremos assim evidenciar aspectos importantes relativos ao processo de trabalho e aos resultados, considerados estes em duas dimensões: a) os resultados decorrentes do próprio projecto dos estudantes e b) aqueles que ficam como resultantes da parceria entre a ESE e o GATUR. De sublinhar que desde o início do trabalho é neste caldo de vontades iniciais ancoradas nos formadores e

nos técnicos da autarquia que se inicia a viagem com os estudantes até ao local que pretendíamos que descobrissem, como cidadãos e amantes do ambiente, e o animassem enquanto futuros profissionais.

A metodologia de trabalho em projecto é aquela que mais se coaduna o potencial de transformação de um determinado contexto, pelo que no desenvolvimento do currículo é esta a estratégia que adoptamos pois promove aprendizagens essenciais ao planeamento em Animação Sociocultural. É proposto aos estudantes que pensem num projecto (não apenas um plano de actividades, uma vez que esse até já existe) para o equipamento Moinho de Maré da Mourisca para um ano civil, mesmo que este não seja implementado no seu todo. No primeiro contacto com o local os estudantes mostram-se espantados com a existência do equipamento, mas não deixam de sublinhar a ideia de que estão no *fim do mundo* e que os acessos são difíceis (estrada de 1km de terra batida) e praticamente só possíveis de carro, evidenciando, na sua maior parte, um certo distanciamento e dificuldade em sentir a beleza da natureza com o mesmo encantamento que nós, formadores e técnicos, sentimos. É no processo de trabalho, tanto no diagnóstico que implica usar técnicas de pesquisa social que eles vão descobrindo que há potencialidades por explorar em termos de Animação Sociocultural do espaço. Consideram sempre inicialmente que o afastamento da cidade é um obstáculo para o usufruto do espaço, nomeadamente em termos da sua integração nos roteiros dos cidadãos da cidade e dos turistas. Depois, com o tempo, vão percebendo que esse afastamento comporta também possibilidades. A tarefa fundamental que constroem para iniciar a elaboração do projecto passa pelo diagnóstico das necessidades do espaço e análise dos problemas sentidos. Este momento representa um *vai e vem* entre teoria e a prática, pois à medida que se vão trabalhando constructos teóricos e técnicas associadas ao campo da intervenção social e em particular a esta fase do trabalho, vai-se também fazendo o trabalho de campo (Guerra, 2002). A associação com a unidade curricular de Seminário de Investigação e Projecto deste curso possibilita conhecer com maior rigor as técnicas e a elaboração de instrumentos que permitem recolher dados. Depois colocam esse saber em acção, usando técnicas tais como a observação, observação participante, inquéritos e entrevistas.

À medida que a beleza do espaço e da sua inserção natural conquista os estudantes, a preocupação já é de trazer gente, mais gente, de diversificar os públicos, alargando-os aos jovens, crianças e famílias da cidade de Setúbal. As suas propostas vão tomando a forma de um projecto e implicam construí-lo na sua totalidade, ou seja, também em termos orçamentais e de propostas de comunicação e marketing. O contacto com as populações locais na fase de diagnóstico impulsiona que se coloquem na perspectiva daqueles que um dia foram utentes quase diários do equipamento, fá-los perceber como era (até à primeira metade do séc. XX) levar o grão para ser moído e deixar em troca ao moleiro “uma maquia”. Compreendem que as festas da Mourisca são ainda o lastro dessa memória, uma apropriação anual do espaço com que a comunidade ainda marca a presença naquele território. Ouvem as queixas, percebem alguns dos conflitos entre instituições locais, entendem quem são aquelas pessoas e como é que um dia decidiram fixar ali sua residência, entendem o marco que significou o 25 de Abril e as várias mudanças que trouxe à terra. Ao ouvir o presidente da cooperativa que ali teve um papel determinante na expansão da aldeia e ao sentir como ele se emociona relatando a sua própria vida, parece que a história é para estudantes, e pela primeira vez, mais do que datas e factos.

Cerca de dois (ano lectivo 2013/14) a três meses (ano lectivo 2014/15) depois de terem tomado contacto com o local e te terem feito a pesquisa de campo que lhes permitiu um diagnóstico a partir do qual se construíram soluções e se encaixaram ideias, apresentam, a um júri composto sobretudo por elementos da comunidade, o projecto que cada grupo idealizou o Moinho de maré da Mourisca. Esse júri é também seleccionado tendo em conta a sua inserção em instituições com uma missão museológica, artística e cultural. Este confronto é essencial para tomarem consciência da adequação das suas propostas à missão delineada

para o próprio equipamento e das suas próprias capacidades e, ainda, fragilidades. O júri é essencial porque ele próprio, ao se aperceber da magia e beleza daquele espaço natural, transmite aos estudantes que a juntar à competência técnica que têm que evidenciar, deve ligar-se a sensibilidade, a compreensão das pessoas, a percepção do que é único e singular no espaço, do que deve ser potenciado. E apesar de num ano e no outro, ter sido quase na íntegra composto por pessoas diferentes, o seu tom é sempre de crítica construtiva, afirmando provavelmente o que na escola também se diz, mas adquirindo um peso diferente por ser dito por profissionais no terreno, da mesma área que eles ou de áreas muito próximas.

Não nos apercebemos, mas talvez durante o seu processo educativo, ninguém tenha falado aos jovens do valor do silêncio, da necessidade de se deixarem absorver pelos sons da natureza, captar as tonalidades do céu, perder tempo a olhar para os flamingos que se vêm da janela do *Moinho*. O júri transmite-lhes esse encantamento e vemos que isso os transforma e modifica em parte as propostas que tinham, muito pautadas por uma actividade na natureza idealizada sob a forma de desportos radicais e por um conceito escolarizado de *tradição* que não busca as próprias comunidades para se poder dizer e reinventar.

Numa segunda fase, têm oportunidade de, no colectivo da turma, reconstruir os projectos dos vários grupos num único projecto, a implementar por todos. Temos então a noção de que eles melhoram o processo e o conteúdo das actividades, mas que, com mais tempo, chegariam evidentemente mais longe. Nota-se ainda, sobretudo na implementação das actividades, que os conhecimentos que procuram veicular através das actividades reflectem a própria debilidade da articulação que com eles fazem. Vemos como é difícil para eles tornar a Animação Sociocultural uma prática efectiva de trabalho, designadamente como constroem, a princípio uma noite cultural pautada pela ideia de espectáculo e como, por efeito das críticas que vão recebendo, a tentam aproximar de uma noite de vivências num espaço desta natureza (ano 2013/14). Vemos como numa actividade com idosos em que se propõe confeccionar pão, eles se deixam conduzir pelos idosos mais do que os conduzem, criando espaços essenciais de diálogo (ano 2014/15).

Sublinhamos assim que as competências se ganham em processo de trabalho e isso é cada vez mais claro para nós, docentes. A dimensão colectiva é simultaneamente problema e vantagem, mas sublinhamos a vantagem do projecto implicar a ideia de que é de todos (turma) e ninguém pode ficar para trás. A implementação do projecto possibilitou trazer idosos, crianças, jovens e adultos, populações com necessidades educativas especiais que de outra forma provavelmente não conheceriam o *Moinho*, isso é para nós claro.

De facto, o equipamento tende a ter uma frequência elevada, mas muito direccionada a um grupo específico de pessoas ligadas à fotografia, a associações de protecção da natureza, a praticantes de observação de aves (*birdwatching*) e outros desportos de natureza, estes de facto vindos de territórios não só na proximidade, como bem distantes (todos os anos é realizada lá a *Observa Natura*). Há um esforço de envolvimento da população local, dinamizando feiras e festas, algumas ligadas a tradições, como o S. Martinho. Essa dimensão de relação com a população local, com a cidade de Setúbal e as suas instituições, nomeadamente escolas, pode sair reforçada com projectos como o que se procurou desenvolver com a ESE. A nossa expectativa, ainda não totalmente cumprida, é que quando se fale da população local, esta não seja considerada apenas do ponto de vista do usufruto de um moinho que tradicionalmente lhes servia para a actividade económica, mas das próprias pessoas poderem ser envolvidas na dinamização do espaço, contando as suas histórias e vivências e mostrando saberes que ainda dominam, nomeadamente em termos da apanha das ostras, do cultivo do sal, da confecção do pão. A isso podem ser aliadas ideias de modernidade como o aproveitamento da salicornia (uma planta que nasce nas zonas dos estuários) e que pode substituir o sal.



**Imagem 2:** Actividade com crianças no espaço envolvente do Moinho

Os momentos mais ricos do projecto aconteceram quase sempre com a população idosa, tanto num ano como no outro. São eles que ensinam os próprios animadores a fazer pão a partir da experiência de uma vida a fazê-lo (não com a receita que eles levavam) e participam em todo o processo, inclusivamente a sua cozedura no forno a lenha. Esse pão, ainda quente, constitui depois o lanche partilhado à volta da mesa onde as histórias de vida continuam a fluir, numa saudável mistura entre as informações que os animadores compilaram para facultar sobre o funcionamento do moinho e as vivências que eles têm de um tempo e/ou de um lugar pré industrialização.



**Imagem 3:** Actividade com idosos na casa do pão, junto ao Moinho

Embora não tenham sido vulgares turistas, os idosos foram co-constructores do dia que passaram lá, uma dimensão a trabalhar cada vez mais, já que como refere Cuenca Cabeza (2009), citando Binkhorst, “raras vezes se inclui o turista no processo de criação de experiências relacionadas com o próprio turismo e são poucos os exemplos em que encontramos o propósito da co-criação com os turistas” (Cuenca Cabeza, 2009, 129). Como tal, estamos em crer que Cuenca Cabeza (2009) tem inteira razão quando refere que para o turista o importante são as experiências significativas que faz, “a oportunidade de participar numa refeição num contexto histórico, um baile, uma audição...”, ou seja “a experiência turística assim entendida exige internalização porque, para este tipo de turista, a vivência tem significado” (Cuenca Cabeza, 2009, 127).

A capacitação dos estudantes para os métodos e técnicas de Animação Sociocultural envolve a comunicação, participação e a cooperação, experiências que lhes foram proporcionadas através desta parceria. Sublinhamos ainda a importância da aproximação intelectual e afectiva aos problemas globais dentro de relações locais, um lugar como o *Moinho de Maré* pode ser assim uma porta para o mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bucho, D. (2010). *Património. Animação e Turismo*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre, coleção Largo da Sé, nº8.
- Cuenca Cabeza, Manuel (2009). Âmbitos da animação turística a partir do horizonte do ócio experiencial, in A. Peres e M. Lopes (coords.) *Animação Turística, Chaves*, APAP, pp. 118-132.
- Associação para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (2011). *Estatuto do Animador Sociocultural* [captado em <http://www.apdasc.com>]
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*. Lisboa: Principia.
- Leite, C. e Ramos, K. (2012) Formação para a docência universitária: uma reflexão sobre o desafio de humanizar a cultura científica, *Revista Portuguesa de Educação*, Vol. 25 (1), 2012, pp. 7-27.
- Lei de Bases do Património Cultural, nº107/2001, de 8 de Setembro.
- Pureza, José M. (2000) O que os jovens (não) sabem sobre os direitos humanos, *Noesis*, 56, Outubro/Dezembro 2000, pp. 27-28.
- Silva, António de Sousa e, 2009, Desenvolvimento local e animação turística, in A. Peres e M. Lopes (coords.) *Animação Turística, Chaves*, APAP, pp. 68-85.
- UNESCO (1998). *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Acção* - Conferência Mundial sobre Educação Superior, <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculoxxi-visao-e-acao.html>, acedido em 26 Fev 2014.
- Ventosa, Victor (2014). Da participação na cultura à cultura de participação. In A. Fontes, J. Sousa, M. Lopes e S. Lopes, *Cultura e Participação, animação sociocultural em contexto Ibero Americano*. Leiria: Associação Rede Ibero Americana de Animação Sociocultural. Nodo Português.
- World Tourism Organization Network (1999) *Global Code of Ethics for Tourism*, [<http://ethics.unwto.org/en/content/global-code-ethics-tourism>, accessed 26 February 2014].
- Zermeno, G e Vilarreal, L. (2009). Desarrollo Turístico y Capacidades Colectivas en San Juan de Las Huertas, Zinacantepec, México. *Turismo em Análise*, vol. 20, nº 2.